41.ª Sessão Data 08/12/14
Encaminhamento APROVADO EM DISCUSSÃO UNICA
Presidente

40.ª Sessão Data 01/12/14
Pedido de vista da Vereadora Janaina, pautado para próxima sessão.
Presidente

SENHOR PRESIDENTE;
SENHORAS VEREADORAS;
SENHORES VEREADORES:

Requerimento N.º 442

Os repasses da União para o SUS diminuem ano após ano, sobrecarregando os cofres de Estados e municípios.

Para rediscutir a legislação que causa essa distorção e denunciar a ineficiência na execução da verba, o Ministério Público Federal e o Ministério Público de Contas de São Paulo se uniram para instaurar um inquérito civil público.

De acordo com a investigação, o dinheiro federal repassado ao SUS caiu, proporcionalmente, de 60% para 45% do total investido no SUS entre 2000 e 2011. No mesmo período, a participação dos Estados saltou de 18% para 26%, enquanto as Prefeituras viram sua fatia aumentar de 22% para 30% do total, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) utilizados na denúncia.

Essa deformidade se deve à Emenda Constitucional 29, editada no ano 2000, que estabelece obrigações diferentes para os entes da federação. Enquanto o governo federal deve repassar ao SUS o mesmo valor do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB), estados e municípios são obrigados a investir 12% e 15%, respectivamente, de suas arrecadações tributárias.

Como o PIB vem crescendo pouco nos últimos anos e a arrecadação de impostos aumentando, a participação federal minguou.

Entre 2000 e 2011, Estados e municípios mais que triplicaram o volume investido, passando de R$ 28 bilhões para R$ 89 bilhões - uma diferença de R$ 61 bilhões (R$ 28 bilhões estaduais e R$ 32 bilhões municipais). Nesse período, a União aumentou os gastos em R$ 31 bilhões, diz o Ipea. Segundo

dados da Confederação Nacional dos Municípios, a legislação impediu que a União repassasse para a Saúde um total de R$ 25,8 bilhões nesse período.

De acordo com acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU), só essa desoneração representou R$ 9,6 bilhões a menos para a Saúde entre 2008 e 2013 - R$ 6 bilhões de Estados e R$ 3,6 bilhões de municípios.

Diante do exposto é que **REQUEIRO** à Mesa, ouvido o Colendo Plenário e satisfeita todas as formalidades regimentais, que seja enviado Ofício ao Exmo. Sr. Prefeito Alberto Pereira Mourão com os seguintes questionamentos:

Em valores reais, qual foi o aumento imposto aos cofres municipais para cobrir os gastos com saúde?

1.) Qual foi o impacto nas contas municipais por causa desse aumento?

2.) Quais as medidas que foram tomadas para cobrir essa defasagem imposta pela União?

3.) Diante desse cenário, qual a política pública a ser implantada na área da saúde para os anos vindouros?

Praia Grande, 01 de Dezembro de 2014.
Sala Emancipador Oswaldo Toschi

Roberto Andrade e Silva
Betinho
Vereador

Adendo da Vereadora Janaína Ballaris: "Encaminhar cópia ao Ministro da Saúde".

FOLHA DE INFORMAÇÃO

PROCESSO Nº 189/14

Sr. Presidente,

Abro o presente processo, composto de 03 fls., referentes a(o) **REQUERIMENTO Nº 442/14** e uma folha de informação.

Praia Grande, 02 de dezembro de 2014.

Fabiano Cardoso Vinciguerra
Operador Técnico

Em 09 de Dezembro de 2.014.

OFÍCIO GPC-L-1 Nº 1.221/14

PREZADO(A) SENHOR(A):

A par de meus cordiais cumprimentos, serve o presente para encaminhar a Vossa Excelência a(s) inclusa(s) cópia do **REQUERIMENTO Nº 442/14**, de autoria do Nobre Vereador **ROBERTO ANDRADE E SILVA,** aprovado por ocasião da Quadragésima Primeira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura, realizada no dia 08 de Dezembro do ano em curso.

Aproveito da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência, os meus protestos de elevada estima e distinto apreço.

Atenciosamente,

SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA
Presidente

Excelentíssimo(a) Senhor(a)
ALBERTO PEREIRA MOURÃO
DD. Prefeito da Estância Balneária de Praia Grande
N E S T A

Em 09 de Dezembro de 2.014.

OFÍCIO GPC-L-1 Nº 1.222/14

PREZADO(A) SENHOR(A):

A par de meus cordiais cumprimentos, serve o presente para encaminhar a Vossa Excelência a(s) inclusa(s) cópia do **REQUERIMENTO Nº 442/14**, de autoria do Nobre Vereador **ROBERTO ANDRADE E SILVA,** aprovado por ocasião da Quadragésima Primeira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura, realizada no dia 08 de Dezembro do ano em curso.

Aproveito da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência, os meus protestos de elevada estima e distinto apreço.

Atenciosamente,

SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA
Presidente

Excelentíssimo(a) Senhor(a)
ARTHUR CHIORO
DD. Ministro da Saúde
N E S T A

CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

Matéria : REQUERIMENTO Nº 442/14
Autoria : ROBERTO ANDRADE E SILVA

Ementa : equer informações junto ao Sr. Prefeito Municipal sobre os impactos orçamentários na saúde pública através da Emenda Constitucional nº 29/2000.

Reunião : **41º Sessão Ordinária**
Data : **08/12/2014 - 21:31:07 às 21:31:28**
Tipo : **Nominal**
Turno : **Único**
Quorum : **Maioria Simples**
Condição : **Maioria Simples**
Total de Presentes : **15 Parlamentares**

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	ANTONIO CARLOS REZENDE	PSDB	Sim	21:31:11
2	ANTONIO EDUARDO SERRANO	PROS	Sim	21:31:14
3	BENEDITO RONALDO CESAR	PMDB	Sim	21:31:13
4	CARLOS EDUARDO BARBOSA	PTB	Não Votou	
5	CARLOS EDUARDO G KARAN	PDT	Sim	21:31:17
6	EDNALDO DOS SANTOS PASSOS	SDD	Sim	21:31:15
7	EDUARDO PADUA SOARES JARDIM	PPS	Não Votou	
8	EUVALDO REIS S MENEZES	PTN	Sim	21:31:21
9	FRANCISCO RODRIGUES B NETO	PMDB	Sim	21:31:22
10	JANAINA BALLARIS	PT	Sim	21:31:13
11	MARCELINO SANTOS GOMES	PPS	Sim	21:31:12
12	MARCO ANTONIO DE SOUSA	PMN	Não Votou	
13	PAULO EMILIO DE OLIVEIRA	PRB	Sim	21:31:13
14	ROBERTO ANDRADE E SILVA	PMDB	Sim	21:31:23
15	ROMULO BRASIL REBOUÇAS	PRTB	Sim	21:31:16
16	SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA	PSB	Não Votou	
17	TATIANA TOSCHI MENDES	PSD	Sim	21:31:18

Totais da Votação :	SIM	NÃO	TOTAL
	13	**0**	**13**
	100,00%	**0,00%**	

Resultado da Votação : **APROVADO**

Mesa Diretora da Reunião :

PRESIDENTE | 1º SECRETÁRIO